

Ata da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Palmela

Realizada no dia 29 de outubro de 2020

Ata N.º 32

No dia vinte e nove de outubro de dois mil e vinte, pelas vinte horas e quarenta minutos, no Auditório Municipal de Pinhal Novo, reuniu extraordinariamente a Assembleia Municipal de Palmela, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

PONTO UM – 3.ª Alteração Modificativa ao Orçamento 2020 e Grandes Opções do Plano 2020-2023;

PONTO DOIS – Alteração ao Regulamento da Estrutura Orgânica Nuclear;

PONTO TRÊS – Procedimentos concursais para provimento de cargos dirigentes intermédios – designação de elementos a integrar os respetivos júris;

PONTO QUATRO – Pedido de autorização prévia dos investimentos na rede viária municipal a serem financiados por empréstimo bancário de médio e longo prazo;

PONTO CINCO – Autorização para assunção de compromissos plurianuais resultantes de contrato de empréstimo de médio e longo prazo, celebrado junto do Banco Europeu de Investimento (BEI) – “Linha BEI PT 2020”, ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro.

A Mesa foi constituída pelo seu Presidente, Sra. Ana Teresa Vicente Custódio de Sá, pelo Primeiro Secretário, Sr. Carlos Alberto da Silva Caçoete e pelo Segundo Secretário, Sra. Andreia Sofia Dias Bento.

Efetuada a chamada verificou-se a presença dos elementos abaixo identificados.

Por parte da Coligação Democrática Unitária (CDU):

- Sra. Ana Teresa Vicente Custódio de Sá;
- Sr. Domingos da Costa Rodrigues;
- Sr. Joaquim Silvino Pato Caçoete;
- Sra. Cristina Maria Palhinhas Moura;
- Sr. Carlos Alberto da Silva Caçoete;
- Sr. Nidberto Patuleia Paiva;
- Sra. Sónia Cristina Matos Rodrigues Semião;
- Sra. Andreia Sofia Dias Bento;
- Sr. Carlos Alberto das Neves Moço;
- Sra. Maria João Camolas Contente Caleira;
- Sra. Cecília Maria Cordeiro de Sousa;
- Sr. Manuel Joaquim Fernandes Lagarto;
- Sr. António Manuel Caeiro Mestre;
- Sr. António Joaquim Viegas.

Por parte do Partido Socialista (PS):

- Sr. José Carlos Matias de Sousa;

- Sr. José Manuel da Cruz Silvério;
- Sr. Ana Elísia Gonçalves Monteiro;
- Sr. Rui Manuel Marques Lourenço;
- Sra. Maria Dulce Pereira Francês Silva Marques;
- Sr. Pedro Miguel Paula Biu;
- Sr. Jorge Manuel Marques Freitas;
- Sra. Patrícia Alexandra da Silva Bento Caixinha;
- Sra. Helena Maria Bráz Almeida Gaspar.

Por parte do Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata. Centro Democrático Social/Partido Popular (PPD/PSD.CDS-PP):

- Sra. Maria Rosa Pinto Bôcas;
- Sr. Colin Michael Mateus Marques;
- Sra. Teresa Marta Oliveira dos Santos Joaquim.

Por parte do Movimento Independente Pela Mudança (MIM):

- Sra. Luz Bela Correia Veríssimo;
- Sr. Mário Rui Faustino Baltazar.

Por parte do Bloco de Esquerda (BE)

- Sr. Tânia Sofia Barroso Ramos;
- Sr. Carlos Manuel da Silva Oliveira.

Verificou-se ainda as seguintes ausências.

Por parte da Coligação Democrática Unitária (CDU):

- Sr. Joaquim Pereira Pires;
- Sra. Paula Cristina Guerreiro Sobral;
- Sra. Cecília Maria Cordeiro de Sousa;
- Sra. Rute Isabel Morgado Trindade.

Por parte do Partido Socialista (PS):

- Sr. Jorge Manuel Cândido Mares.

Em representação do Executivo Camarário estiveram presentes:

- Sr. Presidente Álvaro Manuel Balseiro Amaro;
- Sra. Vereadora Fernanda Manuela Almeida Pésinho;
- Sr. Vereador Adilo Oliveira Costa;

- Sr. Vereador Luís Miguel Reisinho de Oliveira Calha;
- Sr. Vereador Raul Manuel Ribeiro Pinto Cristóvão;
- Sr. Vereador Pedro Gonçalo da Ponte Marques Taleço;
- Sra. Vereadora Mara Susana Machado Ribeiro Rebelo;
- Sr. Vereador Paulo Jorge Simões Ribeiro;
- Sra. Vereadora Palmira Maria Santinhos Hortense.

Iniciando os trabalhos, a **Sra. Presidente da Mesa** informou que:

- **Sr. Joaquim Pereira Pires da CDU**, justificou ausência à sessão por motivos de ordem pessoal, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocada a **Sra. Sónia Cristina Matos Rodrigues Semião** que se encontrava presente.
- **Sra. Paula Cristina Guerreiro Sobral da CDU**, justificou ausência à sessão por motivos de saúde, tendo a falta sido considerada justificada.
- **Sra. Cecília Maria Cordeiro de Sousa da CDU, Presidente da União de Freguesias de Poceirão e Marateca**, justificou ausência à sessão, fazendo-se representar por **António Joaquim Viegas**, secretário do executivo, que se encontra presente.
- **Sr. Jorge Manuel Cândido Mares do PS, Presidente da Junta de Freguesia de Palmela**, justificou ausência à sessão, fazendo-se representar por **Sra. Helena Maria Bráz Almeida Matos Gaspar**, secretária do executivo, que se encontra presente.
- **Sra. Maria Luisa da Costa Fragoso Paulino do MIM**, apresentou pedido de renúncia ao mandato, por motivos de ter deixado de fazer parte do Movimento Independente pela Mudança. Em sua substituição foi convocada a **Sra. Luz Bela Correia Veríssimo** que se encontra presente.

De imediato, procedeu-se à tomada de posse do novo Membro **Sra. Sónia Cristina Matos Rodrigues Semião da CDU**, e a **Sra. Luz Bela Correia Veríssimo** que após juramento de honra e assinadas as respetivas atas, que ficam apensas à presente, foram empossadas no cargo.

Solicitou a **Sra. Presidente da Mesa** a aprovação em minuta dos pontos que irão ser discutidos, para poderem produzir efeitos imediatos.

A **Sra. Presidente da Mesa**:

"Boa noite a todos, Sr. Presidente da Câmara, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, caros companheiros de Assembleia Municipal, Srs. Múncipes, hoje estamos num espaço diferente onde habitualmente não reunimos a Assembleia Municipal, mas, como provavelmente foi justificado, havia uma iniciativa já prevista que implicava a ocupação do São João durante todos os dias desta semana e, por essa razão, viemos para o Pinhal Novo.

Agora este equipamento, para este fim, não é o mais adequado, estamos muito longe, têm mesmo de responder à chamada, porque eu tenho dificuldade em ver as vossas caras. É porque, há uma zona de sombra, por exemplo, o António Mestre, eu só sei que é ele porque o vi em pé e agora sei que está ali, porque olhando de repente, não consigo reconhecê-lo, a Maria João, reconheci com esforço, o Pedro, não é fácil. Hoje vou pedir que me respondam mesmo com um sinalzinho da vossa presença, porque não consigo como faço habitualmente olhar e perceber que estão cá todos, está bem?

Bem vamos começar por fazer a chamada."

Não havendo intervenções, a **Sra. Presidente da Mesa** passou de imediato ao Período da Ordem do Dia.

Período da Ordem do Dia

A Sra. Presidente da Mesa:

"Nós temos que convidar, neste caso a Sra. Membro da Assembleia, Luz Bela a tomar posse, porque é a primeira vez que cá vem, vamos dispensa-la do juramento formal, já assinou, já tomou posse, seja bem-vinda à Assembleia.

Também não a reconhecia, bem, desculpem entre as máscaras a média luz aí de certa zona da sala e esta distância maior, é terrível. Mas é verdade agora percebe-se melhor, há aqui uma zona que tem uma sombra, depois lá atrás vê-se melhor quem está.

Caras e caros colegas, Membros da Assembleia Municipal, hoje temos uma reunião extraordinária como sabem, é verdade, não sei se repararam que temos o nosso Secretário de volta, o nosso Primeiro Secretário, Carlos Caçoete está de volta, já tinha estado na última sessão que fizemos também extraordinária por causa da Eleição da CCDR LVT - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, e hoje num regime já mais normal, cá estamos todos e é bom tê-lo de volta, e ele também está muito contente por estar cá, outra vez connosco.

Então dizia que temos hoje uma reunião extraordinária, os pontos estão devidamente identificados e presentes para todos, quero dizer que não temos espaço para intervenção do público. Nós temos que dar conhecimento ao plenário de que anunciou a sua renúncia ao mandato, Maria Luísa da Costa Fragoso Paulino do MIM, apresentou pedido renúncia ao mandato e a justificação foi, o facto de ter deixado de fazer parte do Movimento Independente pela Mudança e por essa razão renunciou ao mandato. Essa é a justificação para termos hoje dado posse ao novo membro neste caso, Luz Bela Veríssimo.

Entramos diretamente na ordem de trabalhos, nós vamos começar pela 3ª Alteração ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano, é o primeiro ponto, pergunto ao Sr. Presidente da Câmara se quer introduzir a proposta por favor."

PONTO UM – 3.ª Alteração Modificativa ao Orçamento 2020 e Grandes Opções do Plano 2020-2023.

O Sr. Presidente da Câmara:

"Sra. Presidente da Assembleia, restantes membros da Mesa, Sras. e Srs. Membros da Assembleia, Sras. e Srs. Vereadores, trabalhadoras e trabalhadores do município, público, a todas e a todos votos e saudações fraternas e votos de boa noite.

Para apresentação desta primeira proposta, trata-se da 3ª Alteração Modificativa ao Orçamento, que dantes chamávamos de Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano dois mil e vinte/dois mil e vinte e três, esta 3ª Alteração tem por objetivo efetuar ajustamentos finais aos documentos previsionais, adequando-os à execução física e financeira que se estima vir a ocorrer até à conclusão do corrente ano económico com projecções calculadas em função do histórico verificado até à data em conjugação com a programação dos restantes meses do ano.

No capítulo da receita, efetuaram-se anulações no valor global de dois milhões setecentos e sessenta e dois mil seiscentos e nove euros, que incidem sobretudo sobre rubricas de transferências correntes, transferências de capital e passivos financeiros, em resultado da reprogramação de diversas obras e projetos cofinanciados por Fundos Comunitários, Administração Central e Empréstimo de médio longo prazo contratado e ainda sobre rubricas de impostos diretos, impostos indiretos, taxas, multas e outras penalidades e de venda de bens e serviços.

Se nas primeiras, se trata essencialmente de reprogramar obras e que depois, obviamente, as comparticipações têm de ser também financeiramente reprogramadas para o ano seguinte, nas segundas tem que ver também, aqui, com algumas afinações à estimativa da receita arrecadada que no final de setembro já revelava um desvio negativo muito superior àquilo que estimámos, porque efetivamente temos acertado praticamente na estimativa da receita conforme tem sido possível verificar nas execuções dos últimos anos, em que estamos ali sempre a rondar os cem por cento da execução da receita.

No capítulo da despesa, os principais movimentos resultam no essencial de anulações das despesas com pessoal, tendo em consideração a execução verificada até à data, alterações às Grandes Opções do Plano, que tinham uma dotação atual de trinta e sete vírgula oito milhões de euros, e que passam após esta alteração modificativa a dispor de uma dotação de trinta e cinco vírgula quatro milhões, menos dois vírgula quatro milhões.

Os principais reforços efetuados nas grandes opções, são os seguintes:

Nas funções gerais, a necessidade de reforçar ações do projeto aquisição e reparação de máquinas e viaturas. Há, de facto, constantemente, necessidade de reparações e aquisição de serviços também ao exterior, a uma oficina especializada, dada sobretudo a maquinaria de trabalho, de recolha de resíduos sólidos, camionetas específicas, etc.

Nas funções sociais, a inclusão de uma nova ação denominada "Vamos à Piscina", inclusão de uma nova ação também "Requalificação do Monte do Francisquinho" para despesas de comunicação, aliás, em muitas outras rubricas aparecem associadas a várias obras cofinanciadas por fundos comunitários, "Requalificação da Capela de São João" "Monte do Francisquinho" e outros que vão encontrar aí, a "Remodelação do Jardim José Maria dos Santos" em articulação com antigo "Largo da Mitra" em Pinhal Novo Sul, despesas de comunicação, o que é que isto significa, de facto, o financiamento obriga a uma candidatura e a uma determinada percentagem para comunicar o facto de as obras serem cofinanciadas.

No nosso orçamento, logo o ano passado, incorremos no erro de colocar tudo na mesma rubrica de obra, ora, isso significa que a comunicação que temos feito tem sido paga no Gabinete de Comunicação e não devia ser, ela tem de estar numa rubrica específica da obra, portanto, não há aqui qualquer acréscimo nem qualquer jogada relacionada com comunicação, é uma obrigação e para ser mais transparente, fica associada à obra, porque decorre das obrigações da candidatura perante o "POR Lisboa-Programa Operacional LISBOA 2020" o "POSEUR - Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos" e as outras entidades cofinanciadoras destes investimentos.

Há aqui um reforço significativo da dotação de deposição final de Resíduos Sólidos Urbanos, nas Estações de Tratamento de Resíduos Sólidos da Amarsul Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos S.A, para ter uma ideia, estamos aqui a falar de reforços na ordem dos trezentos e cinquenta mil euros.

Perceberemos isto melhor, quando oportunamente também dermos nota do aumento significativo e exponencial até, nalguns resíduos, de toneladas recolhidas este ano, ainda não estamos a falar dos aumentos que se avizinhos das tarifas, da TGR-Taxa de Gestão de Resíduos, isso é para o ano, estamos ainda a tentar parar esse aumento, isso significa que tem havido, de facto, um aumento considerável, mas também houve aumentos na tarifa de deposição e a própria TGR-Taxa de Gestão de Resíduos, que para o ano se prevê que venha a duplicar, mais cem por cento, já este ano havia tido um aumento de vinte por cento.

O **Sr. Jorge Freitas do PS** iniciou participação nos trabalhos pelas 20:51 horas.

Temos também a inclusão de uma nova ação designada "Estudo de Diagnóstico sobre Bioresíduos", cinco mil euros em dois mil e vinte, treze mil e quinhentos euros para dois mil e vinte e um, na prática, trata-se de um estudo indispensável para preparar uma candidatura dado que os municípios estão a ser desafiados a investir também nesta área.

Uma nova ação "Campanhas de Sensibilização Ambiental", trata-se de um reforço de dez mil euros, para cada um dos anos, dois mil e vinte a dois mil e vinte e três.

Inclusão da nova ação "Remodelação do Jardim José Maria dos Santos articulação com o antigo largo da Mitra", também para a "Intervenção de natureza estrutural para evitar derrocadas nas Encostas do Castelo de Palmela", também foi necessário colocar três mil euros para comunicação.

Inclusão de uma nova ação, "Beneficiação das Bibliotecas Municipais" mais cem mil euros em dois mil e vinte, trinta e seis mil euros em dois mil e vinte e um, temos várias obras a decorrer, têm visto, algumas de conservação, umas são mais visíveis que são no exterior, outras são no interior, por exemplo, neste espaço, aquele lado, os sanitários que são utilizados, necessitam de uma profunda remodelação no sistema de bombagem de águas residuais, sob pena, de vez em quando, haver ali inundações que não são só de água.

Temos também, depois, aqui despesas de comunicação para o "Centro Comunitário da Águas de Moura", para a obra, há aqui, de facto, uma outra novidade, trata-se de uma nova ação decorrente de uma candidatura que o município fez, denominada "Cultura em Rede", foi um programa específico, criado para os municípios também da AML – Área Metropolitana de Lisboa, e então temos aqui seis mil e novecentos euros este ano, mas o grosso está no próximo ano, sessenta e dois mil vírgula cinquenta e quatro em dois mil e vinte e um.

Inclusão de uma outra nova ação, eu estou a destacar aquilo que é novo, pouco significativo, estamos a falar de seiscentos euros, para prémios do "Concursos de Fotografia, Poesia e Artes Plásticas".

Depois também comunicação para o "Polidesportivo do Poceirão", cuja obra está em curso.

Nas funções económicas, ora bem, aqui, por um lado, temos um reforço na iluminação pública, na ordem dos cento e noventa e seis mil euros, para assegurar o ritmo de faturação que nos tem chegado para assegurar esse pagamento até final do ano.

As anulações em anos seguintes resultam de uma opção que o município entendeu fazer e devidamente articulada com o Sr. Vereador do Pelouro, como sabeis vimos aqui aprovado, olhe, é uma das coisas que vai desaparecer e que vai ser reprogramada, uma candidatura na ordem dos setecentos e noventa mil euros, para a "Iluminação Pública Eficiente" no concelho. Essa candidatura que foi a primeira a ser aprovada na AML – Área Metropolitana de Lisboa, com pontuação máxima, etc., etc., por causa de litigância entre os concorrentes, andamos há dois anos neste processo, o município entendeu e já deu conhecimento ao "POR Lisboa", desistir dessa candidatura e através de um contrato de "Gestão de Eficiência Energética", uma outra modalidade que tem várias vantagens, achamos que vamos poupar mais, e tem sobretudo uma outra vantagem. É que este modelo vai contemplar todo o concelho, é para todo o concelho, enquanto que a anterior apenas visava as duas Freguesias de Palmela e Pinhal Novo.

Isto implica que haja também a inclusão de uma nova ação, mil euros em dois mil e vinte, para estar aberta para nós podermos lançar este outro procedimento, trezentos e trinta mil euros em dois mil e vinte e um e oitocentos e dezasseis mil euros em dois mil e vinte e dois e oitocentos e sessenta e cinco mil euros em dois mil e vinte e três, para permitir lançar ainda este ano este procedimento para a adjudicação do tal contrato ERSE - Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos, que vai ser muito mais vantajoso para o município. Na prática, isto depois implica a anulação, como é óbvio, da verba na rubrica que estava adstrita aos consumos da iluminação pública. Esse dinheiro no futuro não passará a estar aí, mas passará a estar na gestão deste contrato.

Depois, quinhentos euros, para comunicação do "HUB 10".

"Pavimentação da Rua Fernando Lopes Graça da Lagoinha", após a execução do projeto, isto nunca é, como o estimado, uma coisa é pavimentar, outra coisa depois é tratar das infraestruturas que lá estão e temos aqui a necessidade de um reforço de quarenta e três mil e quinhentos euros.

Há também uma nova ação "Instalação de Postos de Carregamento de Veículos Elétricos", resulta também de candidaturas e, portanto, temos mil euros em dois mil e vinte e estimamos gastar nos anos seguintes cinquenta e seis mil euros em dois mil e vinte e um, cem mil euros em dois mil e vinte e dois, e cinco mil euros em dois mil e vinte e três, mas isto virá a ter financiamento, trata-se de uma candidatura até no âmbito da "Agência de Energia da Arrábida".

A **Sra. Maria Dulce Marques do PS** iniciou participação nos trabalhos pelas 20:57 horas.

Reforço da dotação "PRARRÁBIDA CAFA- Castelos e Fortalezas da Arrábida", um reforço de cinquenta e cinco mil euros, em dois mil e vinte, e cinco mil euros em dois mil e vinte e um, para permitir a elaboração de um contrato adicional em dois mil e vinte, e respetiva revisão de preços, temos que ter sempre uma verba, depois de acabar a obra para revisão de preços que, infelizmente, todos sabemos que tem vindo a aumentar muito e isso é de lei, é obrigatório, aparece e nós temos ter a rubrica aberta no ano seguinte para esse efeito.

Anulações, "Sistemas de Informação" é uma verba excedentária face à execução prevista, menos quarenta e um mil euros, menos quarenta e um mil euros na "Requalificação da Escola de Cabanas Conservação e Funcionamento das Escolas Básicas e Jardins de Infância" que, entretanto, são direcionados para outras obras em escolas, nós tínhamos aqui felizmente, uma verba a mais que nos permitiu concluir essas obras, mas vai ser redirecionada para outros locais. Trinta e um mil e novecentos euros, relativos à "Ação Social Escolar e Transportes", verba excedentária face à execução prevista, mas mesmo hoje tivemos que fazer uma autorização de despesa para um contrato adicional não previsto, para termos uma ideia hoje com os problemas da pandemia que vivemos, até o apoio às refeições, a necessidade de funcionários para acompanhar os miúdos nas horas das refeições, está já a implicar, aumento de despesa. Pensávamos inicialmente que era uma poupança mas já está a implicar outras despesas que vão implicar contratos adicionais com a empresa que ganhou o concurso a Gertal - Companhia Geral de Restaurantes e Alimentação, SA.

Temos depois aqui algumas anulações da "Semana da Dança", na Animação Cultural, "Prospeção, Escavações Arqueológicas", etc., que são também verbas excedentárias, tínhamos previsto a mais, algumas até associadas a obras no caso das "Escavações e da Arqueologia", mas como as obras também vão algumas transitar de ano, isto fica também excedentário nesta altura.

Temos uma série de obras que, pelo seu ritmo e o dos procedimentos de empreitadas, vão ter uma programação física, porque não é crível que estejam concluídas em dois mil e vinte e obviamente, temos que deixar em dois mil e vinte só aquilo que se estima pagar nos autos que ainda por cima, mesmo os autos que vierem a ser apresentados, agora em novembro ou em dezembro, são pagáveis a noventa dias e isto acaba por ter que ser tudo já pago a partir de janeiro, e temos, por exemplo, obras que até estão a correr bem, na "Requalificação do Logradouro de Zeca Afonso", no "Parque Escolar", temos diversas negociações a decorrer, mas que são plurianuais o que é que efetivamente decorre de atraso de procedimento, nós acabámos de adjudicar o "Monte do Francisquinho", ainda vai para Tribunal de Contas."

A **Sra. Cristina Moura da CDU**: iniciou participação nos trabalhos pelas 21:00 horas.

"Portanto, tanto pode demorar um mês, como pode demorar três meses, da nossa experiência, esta é uma obra que não vale a pena ter oitocentos mil euros parados em dois mil e vinte, porque eles não vão ser gastos em dois mil e vinte, vão ser gastos em dois mil e vinte e um, é isto que se faz numa revisão.

O Salão Nobre está a decorrer e, obviamente, não vai ser tudo pago, apenas uma percentagem um pouco significativa da obra, será pago este ano. A "Infraestruturação da Lagoinha 2ª fase", que já arrancou, também não se estima que possa ser paga grande coisa este ano.

O projeto da "Encosta do Outeiro" que está a arrancar, também está adjudicado, a "Regularização da Ribeira da Salgueirinha", estivemos antes de ontem com a Sra. Secretária Geral do Fundo Ambiental, a visitar as obras, para que visse no local como é que as coisas estão a andar, e qual é a complexidade destas obras, a obra tem uma reprogramação tal como a portaria de extensão de encargos, combinámos até eventualmente, a vinda do Sr. Ministro em maio, que é quando estimamos maio/junho ter a obra terminada. A verba, tinha que estar toda definida este ano porque a portaria de extensão de encargos era para este ano, vai ser estendida para o próximo ano, a verba e a obra vai ser estendida também para o próximo ano, sendo que ela nunca terminaria até com o prazo de execução oficial, ela nunca terminaria este ano.

Várias questões aqui, "Furos de Captação, Estações de Tratamento", coisas que estão reprogramadas, o "Centro Comunitário da Águas de Moura, que ainda nem sequer arrancou a obra. O Cine Teatro São João está à espera de uma nova autorização da Direção-Geral do Património Cultural, a obra está adjudicada há dois meses e meio, à espera de uma alteração que implicaram que se fizesse ao projeto e depois temos aqui algumas pequenas pavimentações, Rua Henrique de Matos, Campo da Bola, que foram adjudicadas há duas semanas, não vai estar tudo pago este ano, o Campo da Bola nas Lagameças, Rua Henrique de Matos nas Cabanas, a Estrada do Montinhoso, que já arrancou, se a gente pagasse cinquenta mil euros este ano é muito, é evidente que o grosso da obra passa para o próximo ano, a Rua Xavier de Carvalho, o "PRARRÁBIDA", que vai ser adjudicado na próxima semana. A "Incubadora de Empresas de Pinhal Novo", foi adjudicada também há uma ou duas semanas, foi noticiado recentemente. São tudo obras que não vão ser pagas este ano e, portanto, o dinheiro não fica ali à espera, tem de ser reprogramado para o ano seguinte.

Como vos dizia ainda a propósito do contrato ERSE - Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos, vamos então também reprogramar nestes dois milhões a menos, cá estão os seiscentos e quarenta mil euros da "Iluminação Pública", que vão sair da "Iluminação Pública" para o contrato ERSE - Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos, que, enfim, há de dar melhores resultados.

Em suma, procurei explicar os principais números e aquilo que entrou de novo com designações novas nas Grandes Opções do Plano. Após esta 3ª Alteração Modificativa, o orçamento vai cifrar-se, então, em cinquenta e oito milhões seiscentos e oitenta e três cento e cinquenta e cinco, isto representa face àquilo que tínhamos entretanto, aprovado e reforçado para este ano, mas que não é possível executar pelas razões que já aduzi, um decréscimo de quatro e meio por cento, relativamente ao orçamento atual, não é o inicial, é o atual, porque foi reforçado com outras candidaturas, outros empréstimos e com o saldo do ano anterior.

Sra. Presidente, procurei explicar já, de início, um conjunto de questões, e fico, naturalmente, ao dispor dos Srs. Membros a Assembleia."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Obrigada Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, sobre esta proposta questões?

Tem a palavra Sr. Membro da Assembleia, José Carlos Sousa."

O Sr. José Carlos de Sousa do PS:

"Sra. Presidente da Assembleia, Caríssimo Carlos Caçoete, permite que lhe dirija um efusivo entusiasmo por o ver aí, Caríssima Andreia, Sr. Presidente da Câmara, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, restantes Membros da Assembleia Municipal, público, Srs. que estão, e as Sras. que estão lá em casa, uma boa noite também a todos, técnicos do município, boa noite a todos.

Estamos aqui hoje para abordar esta questão da Alteração Modificativa ao Orçamento, que antes, como o Sr. Presidente da Câmara dizia, eram as famosas Revisões Orçamentais. Denotou-se na sua voz um pouco de entusiasmo com que apresentou esta Alteração Modificativa..."

O Sr. Presidente de Câmara:

"O jantar por acaso, foi fraco."

O Sr. José Carlos de Sousa do PS:

"Então tem que o reforçar Sr. Presidente, nestes dias, tem que vir com um reforço, tem que ser mais leguminosas, ou então faz uma coisa mais "Feng Shi", pode em termos fisiológicos poder funcionar um pouco melhor.

Mas passando esta parte, dizer que notei efetivamente esta dificuldade numa apresentação que tivesse aqui um outro fulgor da sua parte, aliás, como nos habituou, depois, percebi e só aqui me deu a entender, tudo isso, que as questões das anulações não estão propriamente na proposta, estão objetivamente depois dos outros papelinhos todos etc., etc., mas que por decisão sua acabaram por não ficar diretamente na proposta.

Depois, percebi também que era uma das notas que eu tinha sobre as questões relacionadas com as despesas com comunicação, que tudo teve a ver efetivamente, com uma deficiente leitura dos avisos de abertura das candidaturas, ou seja, as verbas que deviam ter sido imputadas a uma determinada rubrica, foram colocadas diretamente no bolo global da candidatura, não cai mal ao mundo por isso, mas denota ainda por cima numa série de candidaturas algum pouco rigor, permitam-me o termo para a abordagem destes assuntos.

O que é que nos traz aqui, esta alteração, hoje ouvi na rádio e têm os médicos dito muito, que os hábitos também se mudam, mudamos todos, até estamos todos de máscara, afastados, etc.. etc., *"não beijamos nenhum abraço, nem abraçamos nenhum beijo"* e portanto isto em Palmela isto não acontece, ou seja os hábitos são habitualmente os mesmos, ciclicamente e esse hábito é muito simples, é um hábito de adiar, a reprogramação que o Senhor sempre diz, eu depois tenho alguma dificuldade em perceber como é que, notícias como esta dos dez milhões de obras adjudicadas para o concelho, são publicadas desta maneira em julho, é que não diz aqui que isto é para, lá em casa, que aqui é para este ano, nem diz que é até ao final do mandato, diz que estão adjudicadas, a questão da adjudicação destes dez milhões de euros obras, ficam um bocadinho arredada desta Revisão Orçamental, porque elas embora estejam efetivamente a ser reprogramadas é uma reprogramação que nós não temos, nós Câmara, vós Câmara, não têm a capacidade suficiente para decidir sobre as mesmas, e portanto, temos aqui sempre alguma dificuldade a este nível que ano, após ano, temos vindo a sentir e quando pensávamos que estes hábitos também se mudam, podiam efetivamente mudar-se, não temos essa mudança, temos três ponto um milhões de euros adiados ao nível das obras, na aquisição de bens de capital, seria de esperar uma diminuição nas despesas com transporte ouvi-o falar sobre isso, e eu tenho esta prerrogativa que é *"acredito naquilo que dizem"* e, portanto, o Sr. Presidente disse que, *"esta dificuldade de só anular duzentos e oitenta mil euros e ainda por cima agora ter que ir colocar mais pessoas, por causa da pandemia, há aqui algumas dificuldades acrescidas"*, eu admito isso perfeitamente, mas parece-me que duzentos e oitenta mil euros, num pacote grande de um ponto dois milhões é curto em termos de transportes de diminuição, parece-me curto claramente.

Muito bem, as GOP antes eram trinta e sete ponto oito, agora passaram a trinta e cinco ponto quatro e enfim, é na obra, naquilo que as pessoas que estão lá casa e nos municípios que estão aqui, veem no dia-a-dia que estamos efetivamente a tirar a verba que poderia efetivamente melhorar as condições de vida de cada um e portanto, aquilo que me cumpre neste final de intervenção dizer, é que temos ouvido sempre muita conversa, muitas ideias, discutem-se muitos conceitos, muitas formas como fazer, o Sr. Presidente apresenta Palmela sempre no "top", eu não diria sequer no "top ter", diria no "top five" das Câmaras Municipais em termo daquilo que é execução, daquilo que é a prerrogativa, daquilo que é eleição, daquilo que é a necessidade de estar no primeiro pelotão da frente, naquilo que é a eficácia de fazer, de apresentar, juntos dos diferentes ministérios, os projetos, etc., etc., e o que acabamos por ver é que depois, somos confrontados com a ineficácia da execução. Falta, parece-me, e continua a faltar, um pensamento estratégico que permita de alguma forma que estas obras acabem por não ser arrendadas do ano atual, como foram o ano passado, como foram no ano anterior, como foram no outro, e assim sucessivamente e sejam transitados sucessivamente.

Abstemo-nos, porque aquilo que aqui está explanado denuncia alguma, não queria adjetivar muito, mas denota claramente uma ineficácia naquilo que é o objetivo primeiro e daí, o seu constrangimento na apresentação da Modificação Orçamental, que é esta dificuldade, em se, revelar as razões que estão subjacentes a todas estas questões, porque se há questões que são efetivamente por programas orçamentais, falta de visto do Tribunal de Contas, etc., etc., há outras que são do foro exclusivo da Câmara Municipal e, portanto, a esse nível não se pode imputar responsabilidades a outros, é o município que tem essa responsabilidade.

Era só Sra. Presidente, muito obrigado."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Obrigada.

Mais intervenções? Outros pedidos de intervenção? Alguém deseja usar da palavra?

Dou a palavra à Sra. Membro da Assembleia, Rosa Pinto."

A Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:

"Boa noite a todos, na pessoa da Sra. Presidente, cumprimento todos os presentes incluindo o público e as pessoas lá em casa.

Vou ser muito breve, porque há comentários que já fomos fazendo ao longo do mandato, há obras que vão sendo adiadas, algumas por razões plausíveis, outras, quando nos dizem que não há empresas que façam determinadas obras, todas ao mesmo tempo, a verdade é que elas vão sendo adiadas.

Há aqui questões no que diz respeito às despesas de comunicação que até percebemos, em todo o caso queremos aqui lamentar o adiamento de algumas obras. É certo que vão ser feitas, mas gostava que tivessem sido feitas mais cedo. Tal como aqui, lamentamos também atrasos nas obras da Escola de Cabanas, que finalmente esteve pronta e outras que tais. Há coisas que não são culpa do executivo, mas o que nós queremos aqui pedir aproveitando esta questão da Alteração Modificativa do Orçamento, os números também se trabalham, é claro que há verbas que têm que ser aqui modificadas, corrigidas e há outras que são adiamentos e como tal são transferidas para o ano seguinte como manda a lei, mas a verdade é que são adiamentos, por uma razão, ou por outras.

Aqui na questão do "HUB 10", por exemplo, o Sr. Presidente disse que ainda iria começar este ano, não sei se vai se não, com dinheiros também comunitários. Agora, eu queria aqui chamar a atenção também já que estamos aqui em termos orçamentais e de exigência, é na fiscalização das obras, porque quem for ver a primeira fase do "HUB 10", que foi candidatura de vários municípios que fizeram parte deste projeto, os senhores passam lá e vêem como é que está o alcatrão. Há obras que não são devidamente fiscalizadas, ou se o são não foram ainda corrigidas e portanto, o que nós pedimos aqui, mesmo com estas alterações, algumas que lamentamos, outras que percebemos a justificação, mas queremos aqui pedir mais exigência na fiscalização das obras, e nos pagamentos, e nas garantias das mesmas. Por exemplo, este exemplo que estou a dar do "HUB 10" da primeira fase, não se encontra nas condições devidas, já há alcatrão a fazer "montinhos" porque numa fase inicial, foi colocado o pavimento e depois foram abrir mais umas caixas com um outro tipo de alcatrão. Eu sei, que isso, não pertence ao município de Palmela, mas a candidatura foi conjunta Sr. Presidente e cabe-me aqui alertá-lo, para que não venha a acontecer também na parte de candidatura de Palmela."

O Sr. Presidente da Câmara:

"Não tem nada a ver com isso, cada município fez a sua obra."

A Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:

"E eu estou a falar, Sr. Presidente, depois comentará com toda a liberdade.

Exigimos que estas obras, mesmo o "HUB 10" da segunda fase seja feita em condições e com a devida fiscalização da Câmara, que é o que efetivamente na primeira fase, se está feito, não parece.

O nosso voto aqui, em relação au adiamento nalgumas e em consonância com o orçamento que não é o nosso, será contra, embora percebamos aqui algumas alterações modificativas, nomeadamente nestas questões das publicações e é só."

A Sra. Presidente da Mesa:

“Tem a palavra agora, Mário Baltazar do MIM.

O Sr. Mário Baltazar do MIM:

“Boa noite, Sra. Presidente, caríssima Mesa, Sr. Presidente da Câmara, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, caríssimos Membros da Assembleia, caríssimas Membros da Assembleia, público, a quem nos ouve lá em casa, funcionários desta autarquia.

Muita coisa já aqui foi dito, eu, por acaso trazia imensa coisa para falar, mas vou fazer um resumo visto muita coisa ter sido falado aqui, para não estarmos a continuar irei só focar-me nalguns pontos.

A nível de despesa com pessoal, inicialmente tinha-mos uma verba de doze milhões setecentos e setenta e nove seiscientos e noventa e três, houve uma inscrição de reforço de três mil e setecentos euros, mas, depois temos uma anulação de quatrocentos e quinze mil euros. Chegamos mais à frente e vimos que depois o pessoal em regime de tarefa e avenças que usufruir de uma dotação de trezentos e onze mil euros, ainda é designado um reforço de três mil e setecentos euros.

Estes reforços são para? Mas ainda não consigo alcançar esta demonstração que é efetivamente sobre as anulações com o pessoal, vimos que também subsistem reforços nos órgãos de assessoria em treze mil novecentos e oitenta euros, rubrica zero um, zero dois.

Na Divisão de Serviços Urbanos, na rubrica também se quiser, posso-lhe falar nas rubricas todas zero dois, dois zero, em trabalhos especializados, ou seja, temos aqui um reforço de trezentos e cinquenta mil euros de classe, ou grupos de trabalho especializados, ou seja, estamos a falar de quê? Essa classe ou grupo do que é que falamos, não conseguimos perceber porque o documento em si, não nos consegue elucidar.

Ainda no que concerne às alterações orçamentais da despesa, gostaria de prosseguir com mais um ponto, que me separa invisivelmente e flexiona-se sobre esta matéria. Parques e jardins que tínhamos inicialmente e uma dotação de quatrocentos e setenta e dois mil, à volta de quatrocentos e setenta e dois mil, quinhentos e oito e depois, temos uma diminuição de duzentos mil euros, a questão que se levanta é que, com tanto trabalho que existe para fazer nesta área, em que temos desde dois mil ainda da legislatura anterior o Jardim de Aires que vai passando de ano, para ano, esperemos que, em dois mil e vinte e um entre no orçamento, que ainda não entrou, será que estes duzentos mil euros, não poderiam ser utilizados faltando ainda dois meses para terminar o ano, em alguns Espaços Verdes, que, neste momento, todos nós que circulamos conseguimos ver e nos aperceber o estado em que eles se encontram.

Outra questão que também queria ver aqui e falar, seria sobre a relação a estas alterações começaria por interpelar, porque continuamos a ver aqui referido a conservação e manutenção de Espaços Verdes, conforme eu disse, agora, tudo neste momento, está para a grande remodelação do “Jardim José Maria dos Santos” com a articulação com o antigo “Largo da Mitra”, conforme o Sr. Presidente falou há pouco, o resto não nos aparece, será que só existem estes espaços verdes?

Percebemos nós que a maioria dos Espaços Verdes e já o trouxe a esta Assembleia várias vezes, no qual nem sequer obtive resposta, nem por escrito que ficaram de me dar e não chegou essa resposta, porque neste dia dessa reunião, o Sr. Vereador, responsável por esse pelouro não se encontrava na reunião e fiquei sem saber qual seria a resposta, mas à posterior voltarei a trazer essas questões a esta Assembleia.

Ainda assim dizer-vos que o nosso voto neste momento, iremos seguir pela abstenção. Obrigado.”

A Sra. Presidente da Mesa:

“Obrigada.

Agora tem a palavra o Bloco de Esquerda, Carlos Oliveira.”

O Sr. Carlos Oliveira do BE:

"Muito boa noite, Sra. Presidente, permita-me na sua pessoa cumprimentar os presentes aqui no Auditório Municipal de Pinhal Novo, um cumprimento extensível também a quantos nos vêm via online, e passaria já a colocar algumas questões ao Sr. Presidente em relação ao ponto em que estamos a falar.

Ouvi o Sr. Presidente referir que foi aberto um concurso, para um novo contrato de disponibilização de refeições escolares nas escolas do município e talvez seja, por isso, que me reportaram que na escola penso ter ouvido bem, se não ouvi e peço desculpa e já agora peço que me esclareça sobre este aspeto. Foi-me reportado que na Escola José Saramago no Poceirão, as refeições estão a ser dadas às crianças com pouca quantidade, eu dou-lhe o exemplo, que ainda na última semana, foi dada uma refeição que era composta por arroz e dois douradinhos. Eu penso que isto para uma criança que, já tem cerca de dez, onze, doze, treze anos, já é uma refeição deficiente para uma criança já com esta estatura.

Depois, temos aqui, a ação "Intervenções de natureza estrutural para evitar derrocadas nas Encostas do Castelo de Palmela", eu visito o local, não para verificar as obras, mas porque face algum exercício físico, corrida e já passei por aquele local e reparei que, na zona, mais abaixo das obras, foram abatidas as árvores que estavam aí e foram abatidas, talvez por queda de alguns objetos, inertes ou pedras que caíram nas obras e essas árvores caíram. Eu queria saber, se há algum plano da parte do município, um plano de mitigação dos impactos ambientais na zona arbórea natural que existe ali e uma vez que é uma zona, que está integrada no Parque Natural da Arrábida.

Na anterior alteração modificativa, ou numa das Sessões da Assembleia Municipal anteriores, foi divulgado pelo Sr. Presidente, de uma estratégia, ou um estudo para uma estratégia de habitação social no município. Eu estive a ver aqui neste documento e reparo que não houve nenhum reforço, nem há nenhuma referência a este estudo que, Sua Excelência anteriormente referiu.

Vou já passar para a nossa tendência de voto, e dizer que foi falado aqui muito nas obras, nós, não queremos aventar a possibilidade de o município, ou do executivo da Câmara, estar a adiar obras para um ano de eleições autárquicas, não queremos ir por aí, mas o que é facto é que há muitos municípios que têm a tentação de adiar obras, depois apresentar isso, em anos eleitorais. O que nós achamos, é que deve haver capacidade do município para que as obras sejam feitas em tempo útil, para que as populações possam usufruir delas, e em termos de orçamento é uma política, são medidas que dizem respeito à CDU, não é política do Bloco de Esquerda, nem há medidas do Bloco de Esquerda contidas neste orçamento, por isso, o nosso voto não querendo ser uma força de bloqueio ao município, o nosso voto, neste momento, será o da abstenção. Disse."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Obrigada.

Mais alguma intervenção Sras. e Srs. Membros da Assembleia?

Tem a palavra novamente o Partido Socialista, Dulce Marques."

A Sra. Maria Dulce Marques do PS:

"Vou tentar ser muito breve, os números da pandemia estão a tornar-se assustadores para todos nós e em Palmela estamos com duzentos e vinte e seis casos. Sabemos que os colaboradores do município e todas as entidades competentes estão a fazer o melhor que sabem, que podem, e aquilo que é possível, mas efetivamente e tendo esta questão orçamental aqui muito presente, parece um pouco estranho que face a esta evolução da pandemia estarmos a fazer cortes e mudanças no orçamento e, sobretudo, uma redução daquilo que é previsível até ao final do ano acontecer. Não conseguimos perceber como é que há cortes, quanto sabemos que a tendência é para haver um agravamento da situação, sabemos que as necessidades vão surgir dia a dia, há coisas que não controlamos, aliás, a maior parte não controlamos e, por isso, a tendência é, de facto, para que estas despesas sejam aumentadas e não, mais reduzidas.

O que acontece com este orçamento é que está a acontecer o oposto, portanto, estamos a cortar nos valores que estão disponibilizados para a "Covid 19", e para aquilo que estão em termos por exemplo, da

aquisição de fardamento, percebemos que aumenta na aquisição de produtos químicos e farmacêuticos, no entanto, sabemos... como, como?"

O Sr. Presidente da Câmara:

"Exatamente, para o "Covid 19."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Sr. Presidente, deixe lá continuar, depois já respondemos."

A Sra. Maria Dulce Marques do PS:

"Permita-me, posso continuar Sr. Presidente? Posso continuar?"

Sabemos que há aqui uma mudança de rubricas, muito bem, cortasse de um lado aumenta-se o outro, no entanto, aquilo que parece que deveria acontecer e daí esta estranheza, é efetivamente que a tendência é para aumentar nas despesas e, portanto, o Sr. Presidente dir-nos-á seguramente, o porquê desta alteração, no entanto queria somente, partilhar, sei que vamos ter, oportunidade futuramente, para relatar com maior detalhe, mas como já devem ter conhecimento a Comissão de Educação Cultura, Juventude e Desporto e Assuntos Sociais, reuniu há cerca de um mês atrás, quando tínhamos cerca de cem casos, agora, temos mais que o dobro, e de facto, há uma grande preocupação de um conjunto de pessoas, temos aqui alguns dos elementos que estiveram presentes, o elemento Maria João Camolas, o António Godinho, o Mário Baltazar, eu própria, não foi possível contar com a presença do Sr. Presidente da Câmara, mas tivemos..."

O Sr. Presidente da Câmara:

"Não foi possível não, não fui convidado."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Continue, continue."

A Sra. Maria Dulce Marques do PS:

"Esteve presente o Sr. Engenheiro Carlos Caçoete, que amavelmente e muito em cima da hora se disponibilizou para esclarecer tudo aquilo que tinha para esclarecer, foi importantíssimo, mas, efetivamente, sabemos que estas preocupações há uns meses atrás, agora estão muito mais agravadas, estão muito mais sérias. É importante ter presente, que este orçamento deveria espelhar não só as preocupações de há um mês atrás desta Comissão, mas também, de toda a Autarquia e seguramente da Proteção Civil e do Executivo.

Posto isto, gostaria se o Sr. Presidente, nos poder esclarecer o porquê dessas alterações, e em vez de haver realmente um reforço.

Só para terminar e não é um assunto relativo a este ponto, mas, lamento mas eu tenho que voltar a falar na questão do site da Câmara Municipal de Palmela, efetivamente os vídeos das Reuniões de Câmara ou da Assembleia Municipal, não estão facilmente localizáveis, houve alterações à uma barra lateral na direita que aparece onde um tópicos, por exemplo, será reuniões do executivo, muito bem, quando tentei localizar algumas das reuniões pensei, "*que bom, uma mudança positiva, ainda bem!*", mas não, o link, por exemplo das reuniões do executivo remete para as atas e não para os vídeos.

Ora, sabemos que há esta questão da literacia digital e todos nós temos que reaprender um conjunto de novas competências, mas efetivamente, eu tentei pesquisar, fui pelo calendário, fui à data da reunião, não

consegui, mas indo há galerias multimédia encontramos várias opções de escolha, vídeos, playlist, canais, etc., clicando nos vários vamos encontrar ora vídeos com data, ora sem data, efetivamente não se consegue perceber o que é, o quê. Tal como referi em julho, em tempos desafiantes e mais irritais do que nunca, é necessária uma utilização mais intuitiva e mais acessível pelo que fica aqui, uma vez mais, um reforço, uma sugestão da necessidade de encontrar outra forma de apresentar aquilo que está a ser feito em Palmela.

Eu não disse, boa noite a quem estava em casa, nem aqui penso eu, se calhar, não disse, de qualquer modo desejo a quem esteja em casa e quem esteja aqui, que estejamos todos bem de saúde, mas, sobretudo quem não conseguir ouvir o que se está a passar aqui esta noite, que futuramente consiga facilmente localizar este vídeo e acompanhe o que está a ser debatido aqui na nossa Assembleia Municipal, boa noite, que peço desculpa não ter cumprimentado, obrigada pela atenção.”

A Sra. Presidente da Mesa:

“Mais alguma intervenção?

Antes de passar a palavra ao Sr. Presidente, esclarecer só a propósito da intervenção da Sra. Membro da Assembleia, Dulce Marques, que quem foi convidado, quem foi convidado, não, não é convidado, pediu-se a presença da Comissão Municipal de Proteção Civil, aliás, muito em cima da hora como a Sra. Membro da Assembleia referiu, porque a disponibilidade da Comissão era, para o dia seguinte, para daí a dois dias, talvez, e rapidamente o Gabinete de Apoio à Presidência encaminhou para um representante da Comissão e foi nesse contexto que estive o Engenheiro Carlos Caçoete.

O Sr. Presidente não esteve em falta, porque nunca foi convidado ou convocado, para ir à Comissão.

Sr. Presidente da Câmara quer esclarecer algumas questões?”

O Sr. Presidente da Câmara:

“Com certeza, Sra. Presidente.

Começo por agradecer as questões colocadas e gostaria, por um lado de apresentar aqui algumas questões como contraditório, mas sobretudo esclarecer e informar os Srs. Membros da Assembleia, sobre aquilo que efetivamente motiva a necessidade de uma revisão desta natureza que, aliás, é uma operação de natureza técnica orçamental, feita por todas as organizações, Empresas, Administração Central, Administração Local, Municípios em particular, que nesta altura do ano têm necessidade de reprogramar os seus orçamentos sob pena de algumas coisas que estão em curso, adjudicadas, etc., entrarem no ano seguinte e por algum motivo do orçamento do ano seguinte não estar devidamente elaborado ter até dificuldades em assumir os seus compromissos e os seus pagamentos.

Começava aqui por alguns esclarecimentos mais telegráficos, e outros que merecem alguma outra fundamentação.

Caro José Carlos, Sr. Membro da Assembleia, não houve falta de rigor na candidatura nem na leitura da candidatura, pelo contrário, as nossas candidaturas têm sido persistentemente elogiadas pela forma como são feitas, estive recentemente com a Sra. Presidente da CCDR LVT - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, e ela disse, para quem quis ouvir, isso mesmo, à frente até de outras entidades. O que aqui aconteceu foi uma questão técnica orçamental na elaboração do orçamento do ano passado, em que houve esse esquecimento, isso não é da responsabilidade de quem faz candidaturas, mas carregar um orçamento com uma aplicação que, já devia ter sido alterada há muitos anos o Pocal, tem também por vezes as suas vicissitudes.

Vossa Excelência fala em adiamento de obras, etc., eu, espero que V. Exas., tenham a hombridade de reconhecer que o concelho está em obra há vários anos, e com muita obra em curso, também já muita obra concluída, e disso, falaremos quando apresentarmos essas listagens.

Há um conjunto de outras obras que têm adiamentos por questões de natureza técnica, mas Sras. e Srs. Membros da Assembleia, eu não sei se vivemos no mesmo país, porque quando se fala, hoje, tão

profusamente das dificuldades em executar até os próprios fundos comunitários, embora a região de Lisboa, o Município de Palmela, e o país, até estejam acima de outros países, de outras regiões em termos percentuais, apesar de tudo, quero dizer-vos e quero lembrar-vos, algumas notícias recentes sobre a matéria.

No Expresso, *“só, um terço das Obras Públicas avançaram no primeiro semestre. As dificuldades das Obras Públicas enfrentam para serem concretizadas, preços, procedimentos, autarquias e a Associação dos Industriais da Construção Civil e Obras Públicas apontam a necessidade de alterações legislativas para acelerar os processos.”*

Há onze municípios com mais de noventa por cento das obras previstas, ainda por fazer, Palmela não está neste grupo e, por isso, eu posso continuar a manter aquilo que vos disse, Palmela está bem posicionada na execução, apesar destas reprogramações e de muitos acidentes de percurso, estamos não sei se é nos cinco, se é nos dez, vamos ver depois no final, fazem-se as contas. Oeiras, Viseu, Barreiro encontram-se entre os mais atrasados, o Secretário de Estado, Carlos Miguel, está confiante na aceleração destes investimentos.

A taxa média de execução de apenas trinta e três por cento, nos planos estratégicos de desenvolvimento urbano, nós estamos acima desta percentagem, esta é a média do país. Barreiro, Macedo de Cavaleiros, Alenquer, Tondela, Viseu, Lamego, Oliveira de Azeméis, Marinha Grande, Santarém, Évora, Oeiras, todos abaixo até dos dez por cento, vamos ver depois, onde é que está Palmela.

Jornal de Negócios, *“Autarcas culpam lei por concursos ficarem desertos. Câmaras alarmadas com concursos de obras desertas”*, nós temos três recentemente desertos, com concurso repetidos, já vão na segunda e alguns vão para o terceiro concurso. *“Concursos públicos desertos, obrigam Câmaras a pagar mais”*, eu não sei se as pessoas ultimamente nos jornais só leem “Covid-19”, se calhar, mas há mais coisas a acontecer e, de facto, também há atraso de obras, parece que não se passa nada, que têm que ver com a pandemia, a pandemia não pode ser desculpa para tudo, mas Sras. e Srs. Membros da Assembleia, então quando um trabalhador é suspeito de infeção uma empresa pára a obra, como já nos pararam várias empresas, porque os outros todos têm que ir para casa e ficar de quarentena, isto não afeta o andamento das obras?

Mas eu não queria ir por aí, porque isso infelizmente, vai fazer parte da nossa vida quotidiana, está a fazer parte das nossas organizações, eu fico com uma brigada sem poder responder, porque se um colega ficar em casa, os outros também ficam de quarentena até saber o que é que isto dá, olhe, eu estava aqui e acabei de receber a confirmação de mais um caso, todos os dias há coisas destas e isto afeta, afeta as empresas, afeta as organizações, mas o grande buslilis tem sido a dificuldade em encontrar empresas para obras, algumas de natureza bastante complexa, como tem de admitir, mesmo há dois dias, a Sra. Secretária do Fundo Ambiental, veio ao local e disse, *“Eu de facto, já sabia que isto era muito dinheiro, mas há outras que custam mais”*, está entre as dez obras, que eles financiaram com maior volume, mas isto de facto, é complexo, fazer onze atravessamento hidráulicos por baixo de Estradas Nacionais, duas linhas de Caminho de Ferro, não sei quantos sítios, com técnicas complicadíssimas, é evidente que estamos a falar tal como das “Encostas do Castelo” e outras e quando chegamos a uma escola quando se quer empresas da especialidade do pladur e não há e durante o verão não se encontra, etc., isto faz parte, só quem não trabalha nisto, até nas nossas obras particulares, eu até tenho dito as pessoas que mais convivem comigo, eu dizia ao António ainda há pouco, desde o dia dezassete de Agosto, não tenho cozinha, porque as empresas falham todas, falha uma por isto, outra por aquilo.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, ninguém gostaria de ter as obras já feitas, mais do que nós, porque já estaríamos a lançar outras, agora os nossos serviços que estão com maior volume de obras, alguma vez visto, ainda por cima, têm estes acidentes, ter sistematicamente concursos desertos, então há seis meses falávamos de um aumento nas obras públicas na ordem dos vinte e um a vinte e seis por cento e continua a galopar, nós tínhamos uma obra, a gente reforça o orçamento, atualizando os preços com indicadores do INE - Instituto Nacional de Estatística, de duzentos para duzentos e trinta mil euros mil euros, dizem, *“isso o mais próximo é meter mais cem mil em cima, se quiserem que a gente vá a jogó”*, quer dizer, nós estamos aqui também numa fase em que havendo dificuldade de algumas empresas, em ter pessoal, em ter capacidade de resposta, em cumprir prazos, também se queixam das cauções, das garantias, dos procedimentos, etc., aproveitam também o facto de o país estar em obra, porque felizmente, o país está em

obra, porque está a procurar executar o máximo das comparticipações, dos cofinanciamentos, etc., para, enfim, puxar um bocadinho aqui os preços.

A questão Sras. e Srs. Membros da Assembleia, não é uma questão sequer de empurrar isto para ano de eleições e os senhores conhecem-me, conhecem-nos, a nós interessa-nos é, nós temos um programa de mandato, está lá escrito o que é que nos comprometemos a fazer e estamos não só a cumprir esse programa, como até a ultrapassar com muitos inputs, muitas obras, necessidades que decorrem do dia-a-dia, novas pressões, da participação, do "Eu Participo!", etc., e, portanto, todos nós gostaríamos de ter já tudo pronto, não estejam preocupados com as inaugurações em época de eleições porque não pode haver, não vai haver inaugurações em época de eleições, mas eu já disse, eu estou em eleições todos os dias, porque todos os dias temos obra e todos os dias temos trabalho, e no mandato, as coisas hão de ficar e não hão de fugir.

Lamento que algumas forças políticas, tendo legítimas questões sobre a reprogramação das obras, ou uma ou outra dúvida sobre aquilo que aqui está, não esperando sequer os esclarecimentos, entendam votar contra, mas também já percebi, porque outras, também disseram e fica registado que estas obras são da CDU, não são das outras forças políticas, isto fica registado, que é para sabermos se os municípios que as reclamam e que as querem, que as desejam e que as veem concretizadas, se de facto, depois na altura da inauguração "*fomos todos, a gente votou todos, estávamos todos de acordo*" e não foi exatamente assim, mas isto, também tenho direito, de vez em quando, de fazer uma provocaçãozita, não é José Carlos.

"HUB 10", também com fundos comunitários, e também com fundos do município Sra. Membro da Assembleia, é só para saber isso, é que isto para ir buscar fundos comunitários, é preciso ter dinheiro próprio também para a outra parte e devíamos pôr menos, porque outras regiões do país têm de facto de ir buscar só quinze por cento, nós temos que ter cinquenta.

Volto a esclarecer, as questões de descompactação das vias, abatimentos, etc., no denominado projeto "HUB 10" que é uma candidatura, um projeto intermunicipal, tal como o "PRARRÁBIDA", os três municípios têm coisas chamadas "PRARRÁBIDA", mas cada município tem a sua obra, tem a sua empreitada, elas ligam o Ciclop7, o Montijo fez uma ciclovia, de uma maneira, não pôs luz, pintou, nós não pintámos, quer dizer, cada um faz à sua maneira, agora Sra. Membro da Assembleia, a Senhora legitimamente só tem explicações às coisas que são do município de Palmela, nós também não gostamos de receber reclamações equivocadas dessa matéria, nem nós nem o Sr. Presidente da Junta, e mandamo-las para a Câmara de Setúbal ou para a Câmara de Sesimbra. Interessa-me é saber, na parte de Palmela, desde a Rotunda do Feijão até à parte que já está feita, tem havido algum problema? Nós estamos atentos, a Junta de Freguesia quando houve lá uma descompactação de calçada, etc., etc., estamos atentos, e obviamente, assinaremos as garantias e temos feito, hoje temos um número de fiscais de obra, e de acompanhamento de obra, e plano de segurança, etc., que os nossos trabalhadores queixam-se, porque, em média faziam duas, três, no máximo fiscalizações de obra por ano e agora tem oito, nove, obras para acompanhar por ano, mas mesmo assim, estão a ser bem acompanhadas, garanto-lhe.

Sr. Mário Rui, para melhor entendimento, "*está ali uma coisa para assessoria, etc.*," a gente tem que ler isto com detalhe e, naturalmente, se não entender, colocar as questões, nós não temos praticamente avenças, nenhuma na Câmara, nem assessores na Câmara, trata-se de verba para abrimos procedimento para contratação, por exemplo, de um Jurista para o Julgado de Paz. Mesmo hoje recebi o Sr. Doutor Juiz que vem substituir a Juíza, que está ausente por questões de saúde e estivemos a fazer um bocadinho o balanço e poucos, se calhar, sabemos que o Julgado de Paz, no Concelho de Palmela funciona com um Juiz, mas tudo o resto, dois juristas, assistente técnico, instalações, é tudo municipal e não chega, e o Julgado de Paz está a atingir, felizmente um número de julgamentos, despacho de processos, que acabou de nos solicitar a dois meses ou três, mais recursos, embora me tenham dito hoje, comparado com Setúbal e Seixal de onde o senhor veio etc., que encontrou aqui uma resposta, um apoio municipal muito interessante.

Isto está explicado porque é que estão aqui estes três mil e tal euros, as outras questões Srs. Membros da Assembleia, trabalhadores, despesas, menos duzentos e quarenta e cinco mil euros, dezanove aposentações e mobilidade para serviços externos, período experimentais, treze, pessoal em qualquer outra se situação, menos sessenta mil euros, mobilidade para outro serviços que, entretanto, consolidaram definitivamente, consolidam lá, disponibilizam verba aqui, é evidente que este dinheiro, se nós tivéssemos os concursos que

temos nove procedimentos concursais para pessoal a decorrer, Fiscalização, Engenheiro Civil, Engenheiro de Transportes etc., etc., e Assistentes Operacionais, onde se calhar em vez de admitirmos aqueles que estão inicialmente previstos no concurso, vamos ter de admitir, se calhar, duas dezenas no mínimo, quando estas pessoas terminarem as provas que estão quase, já estão na avaliação psicológica e testes médicos, etc., é evidente que este dinheiro onde é que vai estar? Vai estar no orçamento do próximo ano, porque depois para podermos admiti-los temos de ter lá o dinheiro a contar não só, com aqueles que estão, mas também, com os que vão de novo entrar.

É evidente que sai aqui depois, entre ajudas de custo e subsídio de refeição, menos cerca de cem mil euros é normal, se sai quase trezentos mil euros de despesas com pessoal, depois o subsídio de refeição, as ajudas de custo tudo o que está aqui relacionado com isto, também marcha, esta é a razão para as questões das despesas com pessoal.

Depois, quando se fala aqui, jardins, conservação, porque é que não vai para aqui, ou porque não vai para acolá, nós estamos aqui a falar de uma reprogramação em concreto, é uma obra que está candidadata a fundos, o projeto foi inicialmente um projeto único tem duas fases, uma fase que já está concluída uma outra segunda fase, mandámos alterar o projeto, que há de ser apresentado à população antes de avançarmos para a obra, quando fala assim "*então porque é que não há mais para a conservação, para os jardins*", não precisa Sr. Membro da Assembleias, os senhores têm que se lembrar, que estamos a falar de uma alteração modificativa e o resto do orçamento, não existe? O orçamento está lá verba para as outras coisas, há que ter isso em consideração e perceber esse assunto, na modificação só aparece aquilo que é alterado, o resto mantém-se. Mesmo esta semana o Sr. Vereador é testemunha disto, na sequência até de reforços, que vamos também e que temos aprovado nos últimos tempos, abrimos procedimento para mais uma série de aquisições de serviços, de espaços verdes e de outras coisas, está no orçamento, não precisamos de estar a mexer aqui, só mexemos naquilo que é preciso mexer.

Caro Carlos Oliveira, Agrupamento de Escolas de José Saramago, esclarecimento, o Agrupamento de Escolas de José Saramago, Ministério da Educação, não é a empresa que ganhou o concurso para os estabelecimentos que são geridos pela Câmara, é até outra empresa, a Câmara tem lá os alunos do 1º Ciclo e paga ao Agrupamento de Escolas as refeições dos alunos do 1º Ciclo, que lá são servidas, assim que soubemos das primeiras reclamações da Associação de Pais e Encarregados de Educação, o município tomou posição junto do Agrupamento e junto da DGESTE- Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares, fizemos até propostas no sentido de dar apoio de consultoria e fiscalização alimentar, com a empresa que tem um contrato com a Câmara, porque nós ao adjudicarmos a uma empresa, que é a Gertal - Companhia Geral de Restaurantes e Alimentação, SA, temos depois com a Empresa Senha - Gestão, Qualidade e Consultoria em Alimentação, Limitada, uma empresa externa que verifica todas as questões, desde higiene, salubridade, qualidade alimentar e ementas, que é para ser uma entidade diferente a fiscalizar e a fazer esse relatório, é a nossa ASAE - Autoridade de Segurança Alimentar e Económica, e dissemos, temos condições para que essa empresa que trabalha para a Câmara, possa fazer o mesmo acompanhamento a mesma fiscalização e a mesma assessoria à empresa que foi contratada pelo Ministério da Educação, estamos também preocupados, atentos, pagamos, também queremos que os nossos alunos, que consomem lá as refeições, sejam naturalmente bem servidos, mas fica o esclarecimento, porque não é a empresa do concurso da Câmara.

Árvores, possivelmente refere-se a algumas derrocadas na estrada da cobra e nessas zonas, não tem que ver com as obras da encosta, há ali há muitos anos e ciclicamente quer no verão, quer no inverno, com chuvas, algumas derrocadas, inclusivamente a nossa DIVEP – Divisão de Infraestruturas Viárias e Espaços Públicos, tem insistido na necessidade de fazer ali um estudo com sondagens e um estudo de natureza geológica para perceber se há ali arribas que possam cortar a estrada, como muitas vezes fica cortada, quando há maiores derrocadas, mas relativamente à arborização, quero dizer-lhe no que diz respeito à obra do Castelo ela tem obrigatoriamente e aprovado por todas as entidades a APA - Agência Portuguesa do Ambiente, inclusivamente e o ICNF - Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, uma intervenção de natureza paisagística que resulta da plantação, sobretudo de espécies autóctones na zona da Serra de São Luis, Arrábida, Gaiteiros, etc.,etc., que foram plantadas em tamanhos ainda muito reduzidos e quando crescerem ajudarão inclusivamente a dissimular as intervenções de engenharia mais intrusivas na paisagem, foi isso que foi contratualizado.

Estratégia Local de Habitação, não está aqui nada da habitação, não está, não precisa de estar, está no orçamento, está adjudicada vai ser apresentada em breve a toda a equipa técnica, ao executivo e depois a Estratégia Local de Habitação é que nos vai permitir, não só, "*financiar-mos*", nós, os munícipes, etc., etc., junto do "IFRRU2020 -Instrumento Financeiro destinado a apoiar Investimentos em Reabilitação Urbana", e será naturalmente, nos anos seguintes que saberá qual é o investimento que o município se propõe fazer decorrente da estratégia, porque é a Estratégia que vai dizer onde, o quê, que tipologia de habitação, para que público, etc., etc., e que vai desde reabilitar edifícios, a construção de prédios, ou outra coisa qualquer, mas é essa estratégia é feita por uma equipa externa, especialista, de acordo com as consignas na própria entidade que está ligado ao "IFRRU2020", e que acompanha estas matérias e só com esta estratégia aprovada é que podemos começar a fazer o trabalho de investimento municipal mais usado nesta área, até aqui o que temos feito é comprar uma casa, ou outra, quando há, por ano e reabilitar cinco como vamos concluir este ano e entrega dos cinco, aliás já só falta entregar duas.

Dulce Marques, cortes nos "EPI - Equipamentos de Proteção Individual/Covid 19", a rubrica ficou assim para ser mais fácil comprarmos na altura em que nem sequer havia rubricas para isto, mas, em bom rigor e lendo depois a linha de baixo percebeu, que tiramos quatro mil euros, mas é no vestuário de trabalho, já fizemos o concurso já temos adjudicado aquilo que vem do vestuário de inverno, os blusões, os gorros, etc., e estamos precisamente a fazer aquilo que preocupa V.Exa., quer é pôr os produtos farmacêuticos e sabe, para que são? Para testes da "Covid-19", não vê mais? Não, está no orçamento.

Não tem que estar na modificação, nós no orçamento que obviamente, não está aqui na íntegra, temos as rubricas para o efeito, aliás, acabei até na outra parte da Proteção Civil, isso tem nos Recursos Humanos, na Proteção Civil e Saúde Ocupacional, as rubricas são diversificadas e algumas até estão no Urbanismo, sabe para quê? Para comprar acrílicos, as coisas estão dispersas, mas nós, um dia que queira saber quanto é que já investimos só por causa do "Covid-19", é muito mais do que aquilo que lá está, mas aquilo que é diretamente adstrito à "Covid-19", nós estamos inclusivamente a ser obrigados, e bem, na minha perspetiva que é para ver se vem o tal dinheiro que disseram que vinha de comparticipação, mas que ainda não há fumo branco, estamos a reportar mensalmente, à DGAL- Direção Geral das Autarquias Locais, nós, como todos os organismos, aquilo que é gasto por causa da "Covid-19", portanto, tranquilos, porque nessa matéria aquilo que há de equipamento de proteção, seja para dar, para emprestar, para os nossos trabalhadores, para IPSS-Instituição Particular de Solidariedade Social, que entretanto passaram a ter um programa para se candidatar para isso, os Bombeiros, nós damos aos Bombeiros, a ANPC - Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, disse "*Epá, não, isso é connosco*" os Bombeiros estão é preocupados, porque os outros cinquenta por cento, eles não têm, nós estamos a assegurar isso tudo, está noutras rubricas, certo? Não tem que estar aqui na modificação e esta permuta tem que ver com isto. Mais, o reforço para estas rúbricas, foi feito em alterações orçamentais, aprovadas em reunião do executivo, os seus pares da sua área partidária podem confirmar isto.

A sugestão de melhorias de funcionamento, dos links, do site, etc., são bem-vindas, são questões que vamos apurando e que reportarei aos nossos serviços para que possamos fazer melhor.

Ainda aqui uma outra nota, Sr. Mário Rui, as outras questões dos jardins que reportou, etc., etc., a nota que eu tenho é que o Sr. Vereador respondeu diretamente."

O Sr. Mário Baltazar do MIM:

(Gravação não audível por não ter falado para o microfone)

O Sr. Presidente da Câmara:

"Vamos conferir, eu fiquei tranquilo por isso, mas de qualquer forma, Sr. Membro da Assembleia Mário Rui, vamos conferir, mas também teremos oportunidade numa Assembleia onde teremos período antes da ordem do dia para esclarecer para voltar ao assunto. Muito obrigado."

A Sra. Presidente da Mesa:

“Obrigada Sr. Presidente.

Caras e caros colegas, Mário Baltazar quer voltar a falar? Mas ainda é sobre esta proposta?

Veja lá, porque temos quase hora e meia de discussão deste tema.”

O Sr. Mário Baltazar do MIM:

“Muito obrigado Sra. Presidente.

Em primeiro lugar, dizer já que se falou aqui do som, que o som em casa não está a ser perceptível, ou seja, as pessoas, não estão a conseguir perceber aquilo que nós falamos aqui.

Em segundo lugar, a questão destes valores, serem, ou não, para contratações de Juízes ou quem quer que seja, nós quando olhamos para este documento, nós vimos aqui na designação, ou seja, a designação que está aqui, não nos vem dizer que é para a contratação, ou que é para isto, ou que são os funcionários.

A questão do nós chegarmos aqui, Sr. Presidente e colocarmos estas questões, para que nós possamos ficar elucidados, é isso que nos traz aqui e é por isso que nós trazemos estes assuntos e por isso que esta Assembleia existe, para que nós possamos ser elucidados de todas as matérias que nós achamos que sejam pertinentes.

Muito obrigado.”

A Sra. Presidente da Mesa:

“Mas, Sr. Membro da Assembleia, por acaso não percebi muito bem agora, a relevância da sua intervenção, mas teremos oportunidade de voltar a ela.

O Sr. Presidente não pôs nenhuma questão sobre isso, cada um põe as questões que entende e o Sr. Presidente responde como entende, então diga-me o que é que está em causa.

O Sr. Mário Baltazar do MIM:

(Gravação não audível, por não ter falado para o microfone.)

A Sra. Presidente da Mesa:

“Portanto, é absolutamente legítimo, acho que o Sr. Presidente, a única coisa que disse foi o normal nestas coisas quando nós não conseguimos ler o que aqui está, perguntamos.

Pronto, então não precisava de intervir para explicar o que fez.

Sr. Presidente, desculpe, não, não, não vamos continuar, tenham paciência, tenham paciência.

Vamos terminar este ponto, vamos votar está tudo claro para todos quem quer entender e portanto, vamos votar.”

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com treze votos a favor da CDU, três votos contra do PPD/PSD.CDS-PP e treze abstenções (nove do PS, dois do MIM e dois do BE).

A Sra. Presidente da Mesa:

"Para a proposta seguinte Sr. Presidente, pedia-lhe que, não precisa de explicar tudo, porque já percebeu que as perguntas suscitam esclarecimentos que são depois, normais e, por isso, não precisa de dizer tudo, se puder dizer de forma sumária."

O Sr. Presidente da Câmara:

"É o que vou tentar Sra. Presidente, naturalmente, nem sequer vou ler a proposta na íntegra, mas se achar que demora menos tempo, eu posso ler ou deixar de ler."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Faça como for mais rápido, isto não é confortável, estamos todos de máscara, é muito difícil, temos pouca luz, etc., faça como for mais rápido."

PONTO DOIS – Alteração ao Regulamento da Estrutura Orgânica Nuclear;

O Sr. Presidente da Câmara:

"Trata-se de uma Alteração ao Regulamento da Estrutura Orgânica Nuclear, aplicamos este regulamento desde o início do ano, na sequência de uma alteração à Estrutura Orgânica do ano passado, a experiência da aplicação, embora curta, já permitiu identificar a necessidade por um lado, criar uma equipa multidisciplinar, que acabe por se consagrar formalmente a uma situação que já existe na prática, assente numa lógica de gestão de projetos, nós temos um Gabinete na Área da Inovação dos Fundos Comunitários, etc., mas que, já trabalha multidisciplinarmente e necessita de ter uma equipa mais alargada e propõe-se aqui a criação de uma equipa multidisciplinar."

Depois procedeu-se a uma revisão e acertos de pormenor, no conteúdo funcional das unidades de primeiro grau, que integram o Regulamento da Estrutura Orgânica Nuclear, com o objetivo de acolher as novas competências transferidas para os municípios em dois mil e vinte e um, uma vez que esse trabalho não tinha sido exaustivo na revisão anterior.

As formulações que encontramos são muito genéricas, porque permitem depois acolher as competências apenas com mexida em determinados artigos do género assegurar o licenciamento e autorização de atividades no âmbito dos processos sobre a responsabilidade da unidade orgânica, porque há competências que passam a colocar algumas unidades orgânicas com funções nesta área de licenciamentos, autorizações, etc., etc.

Exercer atribuições legais em matéria de acompanhamento e funcionamento dos Julgados de Paz, por exemplo, é uma novidade, embora já existisse, mas passámos a ter responsabilidades acrescidas.

Um ou outro pequeno erro ou omissão, entretanto, detetados, como podem ver até pela alteração sumária que aí está no corpo da proposta, são questões mínimas e aquilo que é substancial, é, de facto, determinar-se nesta alteração do Regulamento da Estrutura Orgânica Nuclear, que o número máximo de equipas multidisciplinares a criar é fixada em uma.

Depois haverá, no futuro, uma proposta, da Estrutura Flexível, que é competência apenas da Câmara Municipal, mas como vai mexer também nas de terceiro grau, as de terceiro grau, as unidades orgânicas de terceiro grau, vêm então à Assembleia Municipal e contamos fazer isto agora em cadeia e numa próxima Assembleia estaremos aqui a analisar esses outros regulamentos. Disse Sra. Presidente."

O Sr. Jorge Freitas do PS, ausentou-se da sala 22:04 horas

A Sra. Presidente da Mesa:

"Obrigada Sr. Presidente.

Caras e caros colegas, Membros da Assembleia Municipal intervenções?

Tem a palavra o Partido Socialista."

A Sra. Patricia Caixinha do PS:

"Boa noite Sra. Presidente, Permita-me na sua pessoa cumprimentar a restante Mesa, um cumprimento especial ao Carlos Caçoete, pelo seu regresso, seja bem-vindo, Sr. Presidente da Câmara, Sras. e Srs. Vereadores, caras e caros Membros da Assembleia, técnicas e técnicos da autarquia aqui presentes, público em geral que nos acompanha aqui e via streaming.

Relativamente a esta proposta de Alteração ao Regulamento, quando aprovámos o Regulamento da Estrutura Orgânica Nuclear, na sessão de vinte e quatro de outubro de dois mil e dezanove, referi na minha intervenção da altura, que *"Para uma melhor governação autárquica deste município era essencial uma estrutura mais eficaz e mais eficiente"*. Referi também, *"que já com foco em dois mil e vinte e um, e a pensar na transferência de competências, que não tardava a chegar, seria importante esta autarquia ter uma estrutura que permitisse um funcionamento mais eficiente, que permitisse melhores condições de trabalho para os trabalhadores e trabalhadoras da autarquia e, por conseguinte, que permitisse prestar o melhor serviço aos seus munícipes"*.

Referi também, *"Que mais importante do que avaliar nomes, designações ou sequer número de departamentos ou secções, o essencial seria a discussão de um modelo que funciona-se, num, todo e entre si"*, e aqui foi referida a importância da interligação entre departamentos e de um bom funcionamento interdepartamental.

Ora, a proposta de alteração agora apresentada vai ao encontro das nossas preocupações de há um ano atrás, a necessidade de criação de uma equipa multidisciplinar, procurando enriquecer a estrutura e a gestão autárquica com base no conhecimento e numa competência interdisciplinar, promovendo uma articulação horizontal entre equipas com elementos de diferentes unidades orgânicas, por outro lado, a preocupação por esta autarquia com a transferência de competências para os municípios, já em dois mil e vinte e um, parece-nos ainda que tardia, sensata, pelo que as alterações agora propostas terão a anuência da Bancada do Partido Socialista que votará favoravelmente a esta proposta e disse Sra. Presidente."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Obrigada Sra. Membro da Assembleia, Patricia Caixinha.

Quem mais deseja usar da palavra? Outras intervenções por favor? Não há?

Então Sr. Presidente da Câmara, alguma consideração mais?"

O Sr. Presidente da Câmara:

"Nada a acrescentar, muito obrigado."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Muito bem, então vamos votar esta proposta."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com vinte e oito votos a favor (treze da CDU, oito do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP, dois do MIM e dois do BE).

A Sra. Presidente da Mesa:

"Muito bem, proposta seguinte, Sr. Presidente se quiser fazer o favor de introduzir o ponto três."

PONTO TRÊS – Procedimentos concursais para provimento de cargos dirigentes intermédios – designação de elementos a integrar os respetivos júris

O Sr. Presidente da Câmara:

"Muito obrigado Sra. Presidente.

Trata-se de aprovar a designação de elementos para integrar os respetivos júris, no que diz respeito aos procedimentos concursais para provimento de cargos de dirigentes intermédios e na sequência da entrada em vigor da nova estrutura, considerámos, embora pudéssemos estender ainda a comissão de serviço por alguns anos, que era justo, como tem sido nossa intenção, que houvesse a abertura de concursos para dirigentes."

O Sr. Jorge Freitas do PS, retomou a participação nos trabalhos 22:08 horas

"Em sede de procedimentos concursais para provimento de cargos dirigentes de direção intermédia, compete também à Assembleia Municipal, deliberar sob proposta da Câmara, no que diz respeito à composição do júri e por isso não vou ler na íntegra a proposta porque as Sras. e os Srs. Membros da Assembleia tiveram ocasião de a apreciar, o que se propõe é que a Assembleia aprove a designação dos elementos para integrar os júris dos procedimentos concursais para provimento dos cargos dirigentes indicados em anexo à presente proposta e realça-se que os elementos propostos para integrarem o júri sem referência, reúnem as condições exigidas na legislação específica para o efeito, evidenciando mérito no desempenho das respetivas funções, sendo-lhes reconhecida, credibilidade, integridade pessoal, bem como uma vasta experiência na área dos Recursos Humanos e na Administração Local, tendo em conta que desempenham funções de dirigentes, não podia ser de outra forma, para avaliar outros dirigentes, e têm vindo a integrar júris de procedimentos concursais para recrutamento de dirigentes e de outro pessoal e anexa-se, portanto, para melhor perceção as notas biográficas referentes aos dirigentes oriundos de outros municípios. Por ora disse Sra. Presidente."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Obrigada Sr. Presidente.

Srs. Membros da Assembleia, sobre esta proposta questões? Não há outros pedidos de intervenção?

Vai continuar a usar da palavra, a Sra. Membro da Assembleia, Patrícia Caixinha, em representação do Partido Socialista, para quem nos ouve e não está na sala."

A Sra. Patricia Caixinha do PS:

"Obrigada Sra. Presidente, uma vez mais.

Relativamente a esta proposta, umas breves notas que a Bancada do Partido Socialista gostaria de deixar aqui hoje.

Pessoalmente não, conheço as pessoas designadas na proposta, mas acredito e acreditamos, porque estou em representação do Partido Socialista, como já foi referido, que tenham sido escolhidas com a idoneidade, com seriedade, com sabedoria, e com a devida credibilidade e competência de cada uma dessas pessoas, sendo por isso, meritório a escolha e competência de cada uma dessas pessoas para ocupar esses lugares.

Aquilo que a Bancada do Partido Socialista, considera e que é para uma melhoria do próprio processo que está aqui em causa, é que seria interessante e até proveitoso, uma perspetiva diferente obtida pela criação de outras parcerias e de novas sinergias e ganharia este processo se este procedimento fosse aberto a outros organismos e a outras entidades, que não sendo exclusivamente da área da Administração Local Autárquica, tivessem igual competência, mas uma visão diferente e externa à Administração Local, permitindo melhorar e potenciar este trabalho.

Seria interessante, designarmos pessoas e organismos competentes em áreas que não estão vinculadas à Administração Pública, que tivessem qualificações, mérito e experiência e que pudessem enriquecer tecnicamente e operacionalmente aquilo que é o exercício das suas funções e aquilo que, no fundo é o essencial que é uma gestão autárquica eficiente e eficaz, deixamos aqui uma sugestão de melhoria, se não para esta proposta, para uma proposta futura.

E disse Sra. Presidente, obrigada.”

A Sra. Presidente da Mesa:

“Obrigada.

Mais alguma intervenção sobre este tema?

Não havendo, Sr. Presidente da Câmara.”

O Sr. Presidente da Câmara:

“Sra. Presidente, só uma breve nota.

Aceitamos essa sugestão, e consideramo-la bastante pertinente e devo confessar-vos que no passado já conseguimos envolver outros organismos da Administração Central também, a muito custo e a experiência nem sempre é boa para os processos, sobretudo, porque esses dirigentes, não têm, por exemplo, flexibilidade e autonomia até para se ausentarem do seu local de trabalho que têm os outros dirigentes da Administração Local.

Assim, com procurámos também apoio junto de outras autarquias, o problema é que quase ninguém quer fazer parte dos júris, mas procuraremos no futuro até junto de entidades universitárias, etc., envolve-los nos júris, desde que estejam disponíveis para o efeito.

De resto, as pessoas que acabámos por envolver, alguns até, e alguns municípios até cederam os seus dirigentes, os que quiseram, porque nós também lhes cedemos dirigentes para os concursos que eles desenvolvem, porque foi muito difícil encontrar disponibilidade de outras entidades para o efeito e, portanto, acolhemos, é de todo justa essa observação e procuraremos noutras propostas do género envolver outras entidades, se elas aceitarem, naturalmente. Disse.”

A Sra. Presidente da Mesa:

Obrigada Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, vamos votar esta proposta.”

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com vinte e quatro votos a favor (treze da CDU, nove do PS e dois do BE) e cinco abstenções (três do PPD/PSD.CDS-PP, e dois do MIM).

A Sra. Presidente da Mesa:

"Proposta seguinte, Sr. Presidente."

PONTO QUATRO – Pedido de autorização prévia dos investimentos na rede viária municipal a serem financiados por empréstimo bancário de médio e longo prazo

O Sr. Presidente da Câmara:

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Trata-se de um pedido de autorização prévia dos investimentos da Rede Viária Municipal a serem financiados por empréstimo bancário de médio e longo prazo. A lei setenta e três de dois mil e treze, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, determina no número dois do artigo quinquagésimo primeiro, que os investimentos a serem financiados por empréstimos de médio e longo prazo, para além de identificados no respetivo contrato de empréstimo, quando ultrapassam dez por cento das despesas de investimento previstas no orçamento do exercício, são submetidos, independentemente da sua inclusão no Plano Plurianual de Investimentos, a discussão e à autorização prévia da Assembleia Municipal.

É intenção do município contratualizar um empréstimo de longo prazo, no montante de três milhões cento e doze mil euros, para financiar um conjunto de investimentos na Rede Viária Municipal, que ultrapassa os dez por cento das despesas de investimento o orçamento do exercício. É por isso que se propõe, ao abrigo da legislação aduzida na proposta que a Assembleia, aprove a lista de investimentos a financiar por empréstimo de médio e longo prazo, constantes no quadro seguinte e fazia questão de citar:

-Beneficiação da circular na Autoeuropa segunda fase, quatrocentos mil euros, a beneficiação destas circulares está pendente até de uma contratualização com o Estado Português, em todo o caso, haverá sempre participação municipal e mesmo não havendo, esta verba é indispensável para irmos fazendo reparações de troços, tal como temos vindo a fazer nos últimos anos, embora na ordem dos cem, duzentos mil euros, reparações de troços que acabam por não ser significativos e, já estamos aqui a preparar-nos para, oxalá alguma contratualização que venha a haver.

-Pavimentação da Rua Manuel Carvalho Domécio na Quinta do Anjo, pavimentação da Rua da Lagoa Brazida, em Pinhal Novo, pavimentação do prolongamento da Rua Joaquim Maria Afonso, no Lau, pavimentação da Rua Pedro Azenha dos Santos em, Margaça/Águas de Moura, pavimentação do Aceiro do Miranda, Venda do Alcaide/Pinhal Novo, pavimentação da segunda fase e última da Rua de Brejos de Carreteiros até ao Caminho Municipal/1029, pavimentação da Rua João Pedro Monteiro, Freguesia de Poceirão, pavimentação da estrada de Vale de Barris, segunda fase, uma via que está também com graves patologias de erosão de solos, fragmentação do pavimento, etc., que vai até, paralelamente, e noutra verba, e noutra orçamento, ser objeto de estudo por uma empresa da especialidade para perceber o que se passa no subsolo, mas não é por acaso que os estudos geológicos do Professor José Luis Zêzere, feitos para o nosso PDM – Plano Diretor Municipal, apontam aquela zona, como zona de erosão, ora, secando muito os solos, não tem que ver, com chuvas, tem que ver precisamente com a secagem das argilas, que estamos a ter ali, graves problemas e, se calhar, esta verba que aqui está nem vai ser suficiente, mas para já, dará a resposta aquilo que é mais urgente.

-Pavimentação da Rua 10 de Junho, que é aqui também às portas da Venda do Alcaide/Pinhal Novo, Rua de São Pedro, aqui está discriminado, porque há várias Ruas de São Pedro em várias freguesias é o limite do perímetro urbano do Pinhal Novo, repavimentação de troços EN/533 e EN/533-1, trezentos mil euros, repavimentação de arruamentos no Pinhal Novo Sul, pavimentação da Rua José Luís Camolas, Palmela, pavimentação da Rua dos Baguiços, primeira fase Poceirão, da Rua de São Francisco, Vale de Touros, e Rua dos Vinhedos, Pinhal Novo.

Permitia-me ainda, nesta fase da introdução, referir o seguinte:

Temos aqui um conjunto de arruamentos que fazem parte do nosso plano de mandato e depois, uma fatia significativa que decorre de necessidades urgentes, sobretudo as repavimentações do Vale de Barris, etc., e temos outras que têm sido obras das mais votadas no processo, "Eu Participo !", face ao decréscimo da

receita já verificado e que pode provocar desvios consideráveis nas receitas deste ano e que depois comprometem o orçamento do próximo ano, que já vos falei na ordem dos dois milhões, por exemplo, em setembro, esta proposta visa assegurar que estes investimentos e porque o município tem capacidade de endividamento, possam efetivamente ser concretizados ainda no horizonte deste mandato, sem prejuízo de haver obras que são plurianuais e que serão pagas já no final de dois mil e vinte e um, ou até início de dois mil e vinte e dois. Para nós, isso é irrelevante, são arruamentos que, quem conhece, ninguém consegue negar a sua importância estratégica, haverá outros, mas estes têm sido os mais solicitados pela nossa população.

Isto também é importante dizer-se, se porventura não houver desvios ou até tivermos alguma receita extraordinária por via de processos que temos a decorrer de regularização das Augis, etc., etc., até pode ser e essa é a vantagem deste empréstimo, que não venhamos a utilizar a verba total do empréstimo, porque algumas até podem vir a ser financiadas com dinheiros próprios, mas isto é para acautelar que aquilo que já está em projeto, há projetos feitos, a Rua dos Vinhedos tem projeto feito, a Rua 1º de Janeiro tem projetos feitos, há uma série delas que caso haja problemas de desvio orçamental, o empréstimo permitirá cumprir e assumir estes compromissos que temos para com as nossas populações. Disse Sra. Presidente.”

A Sra. Presidente da Mesa:

“Obrigada Sr. Presidente.

Caras e caros Membros da Assembleia, tem a palavra, o PSD/CDS, Sra. Membro da Assembleia Rosa Pinto.”

A Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:

“O Sr. Presidente apresentou-nos esta proposta, tendo feito a afirmação de que o município tem disponibilidade dentro da legislação em vigor, para contrair mais um empréstimo. Só se esqueceu de trazer foi aqui, o que costuma vir nas propostas muitas vezes a acompanhar para esclarecimento, embora o Dr. Paulo Pacheco, esteja a dizer que não e que não é obrigatório. Mas eu acho, que nós estamos aqui para dar a opinião, não sendo obrigatório, devia vir a acompanhar a proposta, para termos a noção mais uma vez, da percentagem do endividamento da Câmara Municipal de Palmela, mesmo a título informativo, ou que o Sr. Presidente, nos tivesse dito aqui.

Nós quando queremos prestar a informação, não podemos ser como aqueles da máscara que só quando é obrigatório é que usam a máscara e portanto nós na nossa prática do dia-a-dia podemos dar essa informação, não é obrigatório, mas eu gostaria de ver aqui junto ou ter sido referido pelo Sr. Presidente.

Mais uma vez, mais um empréstimo. Efetivamente quero eu como representante do CDS, quer os meus colegas de Bancada como representantes do PSD, temos votado favoravelmente os empréstimos aqui nesta Assembleia, independentemente depois dos comentários que o Sr. Presidente poderá fazer em campanha eleitoral futura de que as obras são da CDU, esquecendo-se de referir muitas vezes que há obras aqui contidas, não é aqui o caso destas, mas outras anteriores, como é o caso agora do “HUB 10”, que já estavam prometidas nos programas da CDU, há mais de vinte anos.

Isso já é política, e se estamos aqui a fazer política, se o Sr. Presidente há pouco fez essa afirmação, eu também terei esta liberdade, para lhe fazer esta afirmação, portanto, também já estou cá há muitos anos e tenho boa memória.

Para além disso, não nos opomos a estas obras, estando é um bocadinho preocupados quando o Sr. Presidente diz, que vai haver aí, ou já houve, irá haver, pode ser que haja ainda um pouco mais, alguma quebra nas receitas. A gestão destes montantes e destas verbas, tem que ser muito bem feita e continuamos a alertar e diremos, como diríamos a outra força política e até a nós próprios, se estivéssemos no poder, que as execuções têm que ser devidamente fiscalizadas e tem que haver a exigência e competência, coisa que, às vezes, nós sabemos, não há sempre. As empresas nem sempre trabalham bem, esta é que é a verdade. É por isso com estas verbas, nós, mais uma vez, iremos votar favoravelmente, mas deixando aqui a nota de que estamos preocupados com a quebra de receitas e, portanto, com uma gestão

mais eficiente e mais eficaz. E aí o Sr. Presidente diz, que é exigente e eu acredito na palavra do Sr. Presidente e é isso que vimos aqui, pedir mais uma vez essa exigência. E é só.”

A Sra. Presidente da Mesa:

“Mais alguma intervenção?”

Peço desculpa, já tinha um pedido de intervenção do Partido Socialista, tem a palavra o Sr. Membro da Assembleia, Rui Lourenço.”

O Sr. Rui Lourenço do PS:

“Boa noite, Sra. Presidente, na sua pessoa, saúdo todos os presentes no local e à distância.

Eu vou ser muito breve, como é óbvio, o Partido Socialista concorda com esta proposta.

Nós entendemos que é uma melhoria para os municípios e o Partido Socialista estará sempre na linha da frente para defender os municípios.

Eu hoje estou um bocadito virado para o canto autor “*Sérgio Godinho*” e isto fez-me lembrar algumas coisas da sua obra, e nomeadamente “*Quem teve a vida parada, precisa de algo de novo*” e isto, ao fim, e ao cabo, sobe-me a pouco, achamos que era possível fazer ainda mais, do que aquilo, que é proposto aqui, nesta perdoem-me a redundância nesta proposta.

Eu vi também, que já há obras na Rua Manuel Martins Pitorra, é desta vez, que vai ser mesmo asfaltada ou ainda não será? É só.”

A Sra. Presidente da Mesa:

“Obrigada.

Mais alguma intervenção?”

Não havendo, dou a palavra ao Sr. Presidente, para responder.”

O Sr. Presidente da Câmara:

“Muito obrigado, Sra. Presidente.

Uma nota de esclarecimento à Sra. Membro da Assembleia Rosa Pinto, a nossa capacidade de endividamento está publicada, não tinha que fazer parte da proposta como a Senhora disse, eu podia ter feito, mas estava à espera, naturalmente, da sua pergunta, são dez virgula seis milhões de euros, temos capacidade de endividamento, temos capacidade para pagar o serviço anual da dívida, que depois isto implica ir amortizando capital e juros, ao longo dos anos, mas terá todos estes dados escarpelizados e medidos à semana, quando trouxermos a esta Assembleia, o pedido de autorização de adjudicação do empréstimo, à entidade que vier a ser contratada para o efeito, e aí sim, a proposta deve ser também instruída nesta informação técnica e anexos com toda essa documentação, de qualquer forma nessa matéria, estamos tranquilos.

Quanto ao conjunto de investimentos, se sabe a pouco, o que lhe posso dizer é que nunca se investiu tanto também, nesta área da Rede Viária e que aquilo que está a ser feito tem que ver obviamente, com a capacidade e com a recuperação financeira que a autarquia teve que fazer à semelhança de outras depois de um período muito difícil para o país, e outro, que vamos enfrentar e penso que aquilo que é notável é combatermos a crise com obra, com investimento público, porque é isso que dinamiza a economia e cria emprego e pode reforçar a capacidade de resiliência do país já que, isso que aí vêm, e que não se vai manifestar só em dois mil e vinte e um, vai manifestar-se nos anos seguintes, de qualquer forma precisamente para que depois, alguém não dissesse “*que se poderia saber a muito e que estávamos a*

deixar a fatura para quem quisesse a partir de dois mil e vinte e cinco pagá-la', isto é ponderado e como lhe disse, oxalá nem precisemos de utilizar o empréstimo e tenhamos receitas próprias para o efeito, mas também o dia de amanhã por enquanto ainda não consigo prevê-lo, posso planificá-lo, mas depois como vai acontecer um conjunto de circunstâncias que eu não consigo dominar.

Ainda bem que nos acompanham, sobretudo, porque aquilo que aqui está, se não estava no programa eleitoral de V. Exas., estas ruas, eu garanto-vos que noutros programas estava, e que a lista foi enriquecida com quem assiste às Reuniões de Câmara, ao "EU PARTICIPO!", etc., sabem o que é que os nossos municípios mais têm reclamado e, portanto estamos a procurar dar resposta aos anseios e às reivindicações das nossas populações e é essa a nossa missão também."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Obrigada Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, vamos votar esta proposta."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com vinte e nove votos a favor (treze da CDU, nove do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP, dois do MIM e dois do BE).

A Sra. Presidente da Mesa:

"Última proposta Sr. Presidente."

PONTO CINCO – Autorização para assunção de compromissos plurianuais resultantes de contrato de empréstimo de médio e longo prazo, celebrado junto do Banco Europeu de Investimento (BEI) – "Linha BEI PT 2020", ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro.

O Sr. Presidente da Câmara:

"Obrigado Sra. Presidente.

Autorização para assunção de compromissos plurianuais, resultantes do contrato de empréstimo de médio e longo prazo, celebrado junto do Banco Europeu de Investimentos (BEI) – "linha BEI PT 2020", ao abrigo da legislação aduzida na proposta.

É uma proposta eminentemente técnica, considerando que, nos termos da legislação da lei dos compromissos e pagamentos em atraso na sua atual redação a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da Administração Local, a autorização prévia do Órgão Assembleia Municipal. Em sessão ordinária de vinte e quatro de setembro de dois mil e vinte, foi aprovada a adjudicação da contratação do empréstimo bancário ao BEI-Banco Europeu de Investimentos, no valor de cento e trinta e oito mil setecentos e trinta e cinco euros, para a operação "PRARRÁBIDA – CAFA – Castelos e Fortalezas da Arrábida" e como isto vai ter programação plurianual, nestes termos, somos obrigados e devemos trazer a esta Assembleia a autorização para a repartição anual dos encargos constantes no quadro seguinte e, portanto, no quadro seguinte, temos aquilo que deveremos pagar em dois mil e vinte e um, vinte e dois, em juros, de amortização dois mil e vinte e três e anos seguintes, isto são três anos e o resto em anos seguintes é assim que é apresentado o quadro.

Solicita-se a aprovação desta proposta em minuta, para podermos integrar isto no orçamento, desta forma.

Muito obrigado."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Muito bem.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, alguma questão sobre esta proposta?

Não havendo, vamos votar esta autorização."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com vinte e nove votos a favor (treze da CDU, nove do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP, dois do MIM e dois do BE).

A Sra. Presidente da Mesa:

"Terminamos assim a nossa sessão que, como disse no início, sendo extraordinária, é apenas possível tratar os pontos constantes na ordem de trabalhos, não há intervenção do público, não houve a intervenção anterior dos Srs. Membros da Assembleia, vou pedir antes de saírem, há quem não tenha assinado a folha na entrada, façam o favor de o fazer, antes de ir embora e agradeço a todos, a vossa presença, desejo muita saúde, para quem está connosco, o conjunto dos trabalhadores que nos apoiam e quem assiste à sessão em casa e dos Srs. Membros da Assembleia despedimo-nos, até à próxima sessão que será ordinária no mês de novembro, boa noite a todos, obrigada."

Não havendo mais assuntos a tratar, a **Sra. Presidente da Mesa** declarou encerrada a sessão pelas vinte e duas horas e trinta e três minutos do dia vinte e nove de outubro de dois mil e vinte, da qual se lavrou a presente ata, que eu, **Carlos Alberto da Silva Caçoete**, na qualidade de Primeiro Secretário da Assembleia Municipal, redigi e subscrevi.

Palmela, aos vinte e nove de outubro de dois mil e vinte.

A Presidente

Ana Teresa Vicente Custódio de Sá

O Primeiro Secretário

Carlos Alberto da Silva Caçoete